



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

1º trimestre de 2023



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Projetos Prioritários	5
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	17
Corregedoria	17
Controle Interno	17
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	19
Ouvidoria	19
Gestão da Comunicação	20
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	22
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	23
Gestão de Pessoas	23
Gestão Educacional	24
Gestão Orçamentária e Financeira	25
Gestão Documental	27
Gestão da Tecnologia	27
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	32
Saúde	33
Educação	34
Resíduos Sólidos	35
Saneamento Básico	36



Obras Públicas	36
Parceria Público-Privada e Concessão	37
Patrimônio Público	37
Auditoria Financeira	37
Receita Pública	38
Gestão Fiscal	38
Folha de Pagamento	39
Parcerias interinstitucionais	40
Atos do Plenário e das Câmaras	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	45



INTRODUÇÃO

No 1º trimestre de 2023, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o TCEES executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, §4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação de contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração deste relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros



substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários.

Os projetos prioritários de 2023 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

No 1º trimestre de 2023, os gestores dos projetos estratégicos, juntamente com suas equipes, elaboraram o Termo de Abertura de cada projeto. Uma das informações constantes neste documento é o escopo do projeto para este ano, conforme descrito a seguir:

CidadES - Contas (2023)

<i>Escopo</i>

Fortalecer os controles e acompanhamentos mensais, inclusive pontos de controle previdenciários; estudar e especificar ajustes, inclusões e exclusões nas informações relativas a contratos e licitações recebidas nas Prestações de Contas Mensais (PCM), implementar a metodologia de cálculo mensal da Capacidade de Pagamento (CAPAG) para os municípios e o novo Demonstrativo dos Restos a Pagar a partir das PCM's; por decorrência das mudanças promovidas pela STN ou de novas necessidades observadas pela área técnica, revisar e atualizar normativos associados ao módulo, alterar modelo de dados,
--



criar e revisar consistências e pontos de controles; realizar atendimento ao jurisdicionado; dentre outras melhorias.

Entregas para 2023

1. Fortalecer o controle concomitante através do acompanhamento mensal, levando para os pontos de controle mensais pontos de controle que são verificados na Prestação de Contas Anual;
2. Estudar e especificar ajustes, inclusões e exclusões nas informações relativas a contratos e licitações recebidas nas Prestações de Contas Mensais;
3. Implementar Demonstrativo dos Restos a Pagar a partir da PCM;
4. Desenvolver acompanhamento mensal das contribuições previdenciárias, parcelamentos previdenciários;
5. Implementar a metodologia de cálculo mensal da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Municípios, a partir dos conceitos e indicadores estabelecidos nas Portarias do Ministério da Fazenda 5623/2022 e 373/2020, como instrumento de gestão financeira;
6. Revisar e atualizar normativos associados ao módulo; alterar modelo de dados; criar e revisar consistências e pontos de controle.

CidadES – Contratação (2023)

Escopo

Desenvolvimento e implantação do sistema com as regras da Lei nº 14.133/2021; Estabilização do recebimento das remessas de dados; Desenvolvimento/adequação do processo de ETL (extração, tratamento e carga) dos dados que serão usados na construção dos painéis de contratação e nas ferramentas de análise de dados; Discussão e análise de impacto para a inclusão de regras da Lei nº 14.133/2021 não contempladas no escopo do projeto 2022, na estrutura do Anexo VI da IN 68/2020.

Entregas para 2023

1. Desenvolvimento e implantação do sistema com as regras da Lei nº 14.133/2021;
2. Estabilização do recebimento das remessas de dados;
3. Desenvolvimento/adequação do processo de ETL (extração, tratamento e carga) dos dados que serão usados na construção dos painéis de contratação e nas ferramentas de análise de dados;
4. Discussão e análise de impacto para a inclusão de regras da Lei nº 14.133/2021 não contempladas no escopo do projeto 2022, na estrutura do Anexo VI da IN 68/2020.



CidadES – Relatórios para ações de controle (2023)

<i>Escopo</i>
Desenvolvimento da solução de TI para disponibilização dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo especificados em 2022.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Priorizar os relatórios propostos pelo projeto CidadES-Relatórios 2022;
2. Definir tecnologia para geração dos relatórios priorizados;
3. Produzir relatórios priorizados;
4. Preparar processo de ETL (extração, tratamento e carga) dos dados que comporão os relatórios priorizados.

CidadES - Atos de Pessoal – Admissão (2023)

<i>Escopo</i>
Permitir o recebimento das informações do resultado do concurso de acordo com cada uma das listas que compõem seu resultado final homologado (Ampla Concorrência, PcD, Negro e Indígena); Definir metodologia para utilização de dados dos módulos Folha de Pagamento e Estrutura de Pessoal nas remessas do módulo Atos de Pessoal – Admissão; Revisar mensagens de consistências com o objetivo de tornar seu entendimento mais claro para o usuário; - Iniciar estudo a respeito da implantação de funcionalidade que possibilite cobrança em relação à omissão de envio da remessa Admissão, fazendo uso do banco de dados do módulo Folha de Pagamento; Propor forma de cálculo automatizada do Volume de Recursos Fiscalizados – VRF, nos processos individuais de admissão.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Revisão da forma de envio do resultado do Concurso;
2. Retirada da obrigatoriedade de envio da RCA;
3. Comunicação entre Admissão x Estrutura de pessoal;
4. Comunicação entre Admissão x Folha de pagamento;
5. Aprimoramento das mensagens das consistências;
6. Sistemática para cumprimento do encaminhamento dos atos de admissão para registro;
7. Cálculo automático do VRF - Volume de Recursos Fiscalizados.

CidadES - Atos de Pessoal – Concessão de Benefícios (2023)

<i>Escopo</i>
Especificar e desenvolver novas regras para o recebimento das remessas de concessões de benefícios previdenciários; inserir ou alterar tabelas de regras



para a concessão desses benefícios para os municípios que vierem a promover reforma previdenciária ou alterá-la; incluir novos pontos de controle e consistências para análise eletrônica das remessas, aprimorar as peças processuais (Extrato da Remessa e ITC) elaboradas eletronicamente; acompanhar o sistema para eventuais correções que se fizerem necessárias; orientar usuários internos e jurisdicionados; realizar treinamentos; discutir possível alteração do Anexo VII da IN 68/2020 e da Resolução 290/2015 (VRF).

Entregas para 2023

1. Aprimoramento da remessa;
2. Elaboração Ponto Controle Concessão x Folha;
3. Tabulação de regras previdenciárias;
4. Cálculo automático do VRF - Volume de Recursos Fiscalizados;
5. Orientação usuários externos e internos;
6. Operação assistida visando o acompanhamento, aprimoramento e a promoção de ajustes no Anexo VII da IN 68/2020 e no CidadES.

CidadES – Folha de Pagamento (2023)

Escopo

Realizar revisão e atualização dos normativos associados ao módulo. Realizar atualização de layout. Revisar e aprimorar consistências e pontos de controle. Realizar cruzamento de dados do módulo Folha de Pagamento com os demais módulos do CidadES. Realizar extrações de dados para órgãos externos (TCU, CGU, etc.). Realizar atendimento aos jurisdicionados.

Entregas para 2023

1. Normativo revisado;
2. Operação assistida/ajustes nos normativos;
3. Extração de dados para fiscalizações;
4. Extração de dados para acordos de cooperação;
5. Orientações a usuários internos e externos;
6. Comunicação entre os módulos Folha x Admissão;
7. Comunicação entre os módulos Folha x Concessão;
8. Comunicação entre os módulos Folha x Contas;
9. Aprimoramento de consultas do Painel de Controle;
10. Criação de tabelas para o Portal de Análise de dados.

CidadES – Ambiente de análise de contas (2023)

Escopo



Aprimorar a sistemática de análise compartilhada de contas de prefeitos e de presidentes de câmara municipal, preparando o ambiente para instrução das contas do exercício 2022, automatizando a elaboração de peças processuais, como a Instrução Técnica Conclusiva e a Decisão SEGEX, e promovendo a utilização dos Achados-Padrão a partir de cadastro do e-TCEES.

Entregas para 2023

1. Atualização do ambiente para análise de contas de Câmaras – Exercício 2022;
2. Atualização do ambiente para análise de contas de Prefeito – Exercício 2022;
3. Melhoria na sistemática de achados, contemplando a padronização;
4. Automatização da elaboração do documento Decisão Segex;
5. Revisão do template para análise contas de Prefeito – Exercício 2023;
6. Elaboração de proposta de reestruturação do *template* de análise de contas de Câmara;
7. Elaboração de proposta de reestruturação do *template* de análise de contas de gestão – UGs Executivo Municipal (exceto RPPS e Estatais).

Painel de Controle (2023)

Escopo

Atualizar os painéis por conta das alterações promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos códigos de receitas, despesas e fontes de recursos. Evoluir os painéis de prestação de contas, gestão fiscal, pessoal, educação e saúde. Criar e apresentar informações sobre assistência social, sobre o marco de saneamento básico e sobre a regularidade das informações previdenciárias e patrimoniais dos entes.

Entregas para 2023

1. Aprimoramento, revisão e manutenção dos painéis implantados decorrentes das mudanças promovidas nas fontes dos dados utilizadas;
2. Promover as alterações necessárias por conta das alterações das fontes de recursos para o exercício de 2023;
3. Disponibilizar para o e-TCEES informações sobre os vínculos ativos e inativos dos servidores públicos;
4. Criação do painel com dados da dívida consolidada líquida municipal;
5. Criação do painel de assistência social;
6. Criação do painel de Marco do saneamento (NASM);
7. Apresentar versões simplificadas dos Pareceres Prévios;
8. Criação de painel para apresentação do superávit financeiro dos municípios;
9. Criação do painel com os dados da prestação de contas anuais não autuadas (Resolução 352/2021);
10. Criação do painel com informações patrimoniais municipais;



11. Evolução do painel de educação;
12. Evolução do painel de saúde;
13. Planos municipais de saúde;
14. Criação do painel do CAPAG;
15. Criação do painel de regularidade municipal.

Monitoramento das Políticas Públicas Sociais

<i>Escopo</i>
Realizar revisão de literatura para seleção dos principais problemas públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social; Selecionar os indicadores mais adequados para monitoramento dos problemas e identificar os programas públicos existentes para resolver esses problemas selecionados; Analisar a viabilidade de extração dos indicadores existentes e de possíveis alternativas para produção de dados e indicadores inexistentes; Apresentar alternativas viáveis para monitoramento eletrônico de indicadores relacionados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social; Realizar teste piloto com um município a fim de levantar/coletar dados para alimentar o painel de monitoramento dos planos municipais de saúde que será desenvolvido no âmbito do projeto estratégico “Painel de Controle”.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Relatório apresentando os principais problemas públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social;
2. Relatório elencando dados e indicadores mais adequados para monitoramento dos problemas e identificar os programas públicos existentes para resolver esses problemas selecionados;
3. Relatório de viabilidade da extração/coleta de indicadores já existentes (contendo, no mínimo, forma de coleta, fonte e periodicidade) e de possíveis alternativas para produção dos dados e indicadores inexistentes;
4. Relatório apresentando alternativas viáveis para monitoramento eletrônico de indicadores relacionados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social;
5. Planilha estruturada com dados do plano municipal de saúde de um município, que será objeto de teste piloto para alimentar o painel de monitoramento dos planos municipais de saúde a ser desenvolvido no âmbito do projeto estratégico “Painel de Controle”.

Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo

<i>Escopo</i>
Estabelecer as variáveis de acompanhamento de evolução/involução da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos 78 municípios capixabas, a partir de informações do Sistema Nacional de



Informações sobre Saneamento (SNIS); Levantar os dados a partir do SNIS 2016, de modo a possibilitar uma visão mais abrangente de evolução e tendência, considerando as metas de universalização previstas no Art. 11-B da lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterada por meio da Lei 14.026, de 15 de julho de 2020; Criar rotina de cálculo do Ranking de Saneamento Básico dos Municípios Capixabas (RSBMC); Construir o Painel de Saneamento Básico, contemplando nesta 1ª etapa, as vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, dos 78 municípios capixabas; Em que pese o saneamento básico ser composto pelas vertentes de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, conforme Art. 3º da Lei 11.445/2007, serão contempladas nesta versão do Painel de Saneamento somente as duas primeiras.

Entregas para 2023

1. Especificação das informações que serão disponibilizadas pelo Painel de Saneamento Básico, indicando as fontes de informações e a forma de apresentação;

2. Desenvolvimento da rotina de carga dos dados;

3. Construção da proposta preliminar do painel;

4. Elaboração de versão preliminar do procedimento de coleta/preenchimento dos dados;

5. Homologação do Painel e conclusão da minuta de procedimento de coleta/preenchimento dos dados;

6. Implantação do Painel de Saneamento.

e-TCEES – Seleção de denúncias e representações para processamento (2023)

Escopo

Desenvolvimento, homologação e implantação da solução informatizada no e-TCEES para realização da seleção das denúncias, representações e outras informações de irregularidades para processamento, no âmbito do TCEES (conforme as minutas de Resolução e de Portaria pendentes de apreciação e aprovação).

Entregas para 2023

1. Inicialização;

2. Especificação;

3. Desenvolvimento;

4. Homologação;

5. Implantação;

6. Encerramento.



.e-TCEES – Padronização e gestão de achados (2023)

<i>Escopo</i>
Revisar a especificação da estrutura desenvolvida para padronização e gestão dos achados, desenvolver novas funcionalidades, caso necessário, dar continuidade à formação de um banco de dados nos sistemas corporativos do TCEES (CidadES e/ou e-TCEES) avançando para os principais achados identificados nas instruções dos processos de contas de gestão, observando o escopo definido pela Resolução TC 297/2016. Contribuir para o desenvolvimento da modelagem de integração entre os achados cadastrados e a instrução automatizada dos relatórios técnicos no ambiente de instrução compartilhada objeto do projeto Ambiente de Análise de Contas.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Revisão da estrutura desenvolvida para padronização e gestão dos achados e especificação de eventuais melhorias;
2. Desenvolvimento e implementação das eventuais melhorias (SGTI);
3. Mapeamento e cadastramento dos principais achados identificados nas instruções dos processos de contas de gestão, observando o escopo definido pela Resolução TC 297/2016;
4. Contribuir para a especificação e desenvolvimento de modelagem para integração entre o banco de achados e a instrução compartilhada dos relatórios técnicos.

e-TCEES – Instrução Assistida (2023)

<i>Escopo</i>
Dar continuidade à especificação da automatização de templates de peças técnicas para instruções processuais e protocolares no e-tcees, elaboradas no âmbito da Secex Fiscalizações, bem como banco de não conformidades padronizado, vinculando-o à jurisprudência do Tribunal.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Realização de reunião de abertura do Projeto Prioritário, com divisão das equipes de trabalho e das atividades, proposição do cronograma e envio do material de estudo;
2. Especificação dos principais achados envolvendo peças elaboradas nas unidades da SecexFiscalizações e forma de interligação dos achados com as jurisprudências da Corte. (Fiscalização/contratos, pessoal e administração pública);
3. Especificação de templates das principais peças técnicas dos processos de fiscalização (Inspeção, auditoria, levantamento e acompanhamento);
4. Cadastramento dos achados de auditoria especificados em 2023;



5. Consolidação e envio de proposta de templates e informações sobre cadastro de achados, bem como proposta de trabalhos futuros.

Ações inovativas para as fiscalizações

<i>Escopo</i>
Desenvolvimento de plano de ações inovativas nas fiscalizações. O escopo do projeto em 2023 terá como foco em especial as fiscalizações de obras e serviços de engenharia. O projeto será composto das seguintes e respectivas áreas: Inpe; parceria com a UFES sobre o Laboratório de ensaios e viabilidade da expansão da parceria; avaliação de imóveis; serviços de drones; laboratório de inovação e iniciativas similares.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Inpe;
2. Parceria para laboratório;
3. Avaliação de imóveis;
4. Drones;
5. Laboratório de inovação e iniciativas similares.

Controle Interno

<i>Escopo</i>
Revisão da Resolução TC 227/2011, com proposição de alteração, considerando as atualizações normativas e o modelo das três linhas de defesa; alteração e/ou exclusão dos apêndices do guia da Resolução TC 227/2011.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Identificação e coleta de bibliografia;
2. Estudo inicial do material;
3. Benchmarking;
4. Exame da Resolução TC 227/2011;
5. Proposta de revisão da Resolução TC 227/2011;
6. Submissão da proposta à consulta pública;
7. Adequação da proposta de revisão após consulta pública.

Implementação da Avaliação de Desempenho por Competências

<i>Escopo</i>
Definir os indicadores de produtividade e qualidade, os critérios de apuração e avaliação e as metas institucionais, setoriais e individuais a fim de que a



bonificação por desempenho seja paga na proporção direta do alcance das metas de produtividade e qualidade preestabelecidas para o servidor, a unidade ou o conjunto de unidades em que ele desempenhar suas funções e a instituição.

Entregas para 2023

1. Especificar sistema para simulação;
2. Finalizar manual;
3. Finalizar catálogo de tarefas;
4. Finalizar resolução;
5. Apresentar projeto para Conselheiro;
6. Realizar simulações;
7. Validar modelo final;
8. Treinar gestores.

e-TCEES – evolução do acesso identificado

Escopo

Especificar ferramenta eletrônica que, mediante identificação do usuário, permita a identificação e o envio de documentos pelo sistema acesso identificado do TCEES, em especial de servidores aposentados e empresas licitantes.

Entregas para 2023

1. Definição e parametrização dos assuntos de protocolo que serão disponibilizados;
2. Definição da regra de acessos dos usuários do acesso identificado referente aos documentos dos protocolos e processos administrativos;
3. Definição para identificação e envio dos documentos pelos usuários sem certificação digital;
4. Atualização normativa que disciplina o protocolo via internet.

Processo de Gestão Administrativa (2023)

Escopo

Ajustes e adequações para atendimento da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021); automatização nas publicações das fases externas das contratações, no portal da transparência; melhorias gerais no sistema e-tcees (relatórios, funcionalidades operacionais, implementação de Controles Gerenciais); implementar API de comunicação com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Entregas para 2023

1. Relatório de ordem cronológica de pagamentos/diário;



2. API para publicação de contratos e Termos Aditivos/Apostilamentos;
3. Automatização das publicações no Portal da Transparência de Pregões e Contratações Diretas (Dispensas eletrônicas);
4. Alterações do Anexo VI da IN 68/2020 - para envio de remessas do CidadES Contratação na lei 14.133/2021;
5. Automatização do controle de fracionamento de despesas;
6. Controle de saldos contratuais;
7. Diário de fiscalização a partir de eventos previamente estabelecidos;
8. Painel de Acompanhamento e relatórios gerenciais;
9. Painel de contratações: disponibilizar graficamente na intranet e Portal indicadores de execução do PAC e contratos.

e-TCEES – Implantação do módulo férias

<i>Escopo</i>
Especificar novo módulo administrativo no sistema interno e-TCEES, que atenda de forma fácil e ágil o processo de registro, o acompanhamento e a homologação dos pedidos de férias pelos servidores.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Especificação das atividades;
2. Fluxograma;
3. Mapeamento e interface de informações para o e-TCEES;
4. Avaliação e aprovação dos dados lançados;
5. Criação do Manual para acesso.

Sistema Conta pra gente

<i>Escopo</i>
Adaptação de sistema para atendimento dos direitos dos titulares de dados pessoais, em cumprimento à Resolução TC nº 358/2021 e considerando as determinações contidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Dados preliminares sobre o tema;
2. Prototipação das adequações ao sistema;
3. Desenvolvimento das funcionalidades de atendimento aos requerimentos de titulares;
4. Testes de integração com o e-TCEES;
5. Capacitação da equipe de Ouvidoria e demais envolvidos no atendimento;



6. Divulgação interna e externa das novas funcionalidades do sistema.

Atualização tecnológica das plataformas de software do TCEES

<i>Escopo</i>
Estudo das melhores práticas do mercado para definição e confecção do plano de atualização tecnológica das plataformas informatizadas corporativas do TCEES.
<i>Entregas para 2023</i>
1. Estudo das melhores práticas e ferramentas de migração adotadas pelo mercado;
2. Realização de testes de viabilidade das estratégias e ferramentas de atualização mapeadas;
3. Mapeamento de todos os atuais impeditivos à efetiva atualização da tecnologia.Net;
4. Identificação de sistemas/apis com maior nível de desacoplamento que podem ser migrados de forma independente;
5. Estudo de viabilidade da substituição de funcionalidades de bibliotecas de software externas por funcionalidades nativas das novas versões do .Net;
6. Estudo de viabilidade da substituição de serviços on premises por serviços baseados na nuvem, diminuindo a dependência de código próprio;
7. Identificação do melhor modelo de efetivação da migração, seja por meio de mão de obra interna ou por meio de contratação de empresa de consultoria;
8. Elaboração do cronograma de execução das atividades de atualização em 2024;
9. Mapeamento dos papéis e responsabilidades para a efetivação da atualização.



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 1º trimestre de 2023, a Corregedoria realizou diversas reuniões internas acerca dos temas: controle de prazos e alertas do sistema e-TCEES; Observatório de Desempenho Institucional; comissão técnica de aprimoramento do fluxo processual; procedimentos disciplinares; oitivas disciplinares; e reuniões administrativas do setor.

Foram realizadas atividades técnicas e administrativas, tais como instrução de pedidos de nada consta de processos administrativos disciplinares, formulados por servidores, para fins de aposentadoria; acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo; elaboração do Relatório Bimestral do Observatório de Desempenho Institucional; instrução de processos disciplinares.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.



No 1º trimestre de 2023, foi elaborado e publicado o Plano Anual das Atividades de Controle Interno 2023. O Núcleo elaborou também documentos para compor a Prestação de Contas Anual do TCEES referente ao exercício de 2022 (PCA 2022).

No que tange à Prestação de Contas Anual do TCEES, referente ao exercício de 2022, o NCI produziu o Relatório de Atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno (RELACI) e o Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno na Prestação de Contas Anual (RELUCI), abordando pontos de controle aplicados às amostras selecionadas segundo os critérios de risco, considerando-se os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, em consonância com os pontos de controle constantes do Anexo III da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020.

Foi realizada também uma auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 3º quadrimestre de 2022, conforme consta no Processo TC 377/2023-1.

Ainda no trimestre, o Núcleo elaborou e encaminhou um Comunicado de Recomendação; participou de reuniões de padronização de editais de licitação, contratos e termos de referência; e participou de grupo de trabalho de diagnóstico dos Controles Internos dos Tribunais de Contas do Brasil.



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

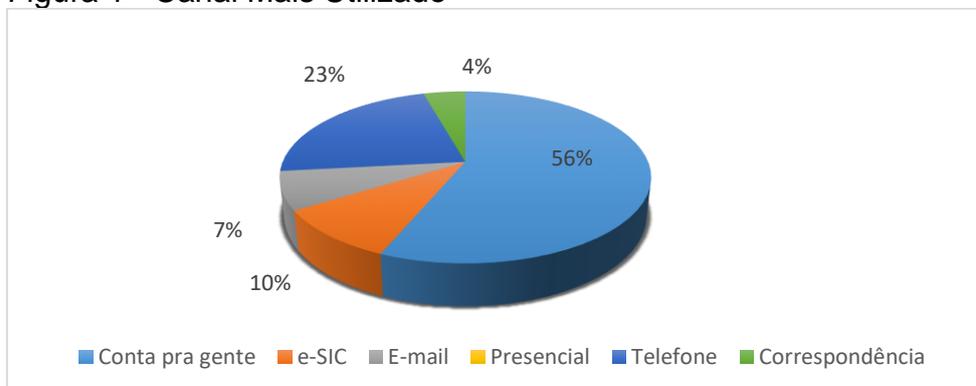
A Ouvidoria é um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a participação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 1º trimestre de 2023, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 277 demandas, sendo 250 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 27 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 156 manifestações, o que correspondeu a 56% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico a seguir:

Figura 1 - Canal Mais Utilizado



Obs: Incluído como correspondência os ofícios do Ministério Público e outros órgãos protocolados no NCD.
Fonte: Ouvidoria



Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das suas atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro a seguir estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Quadro 1 - Principais atividades da ASCOM

Principais atividades de comunicação	1º trimestre de 2023
Nº de atendimento de demandas de imprensa	26
Nº de entrevistas coletivas	2
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	11
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	398
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 7.288.551,83
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	117
Nº de notícias inseridas na Intranet	72
Vídeos pós-produzidos	33
Eventos fotografados	45
Nº de postagens em redes sociais	632 postagens (feed e stories)
Nº de visualizações em redes sociais	587.421 impressões
Nº e vídeos reels postados (Facebook e Instagram)	27 vídeos
Nº de campanhas internas realizadas	2 campanhas (Dia da Mulher e E-social)
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	125 peças gráficas

Fonte: ASCOM

Neste trimestre, a Ascom divulgou o Painel de Obras do TCEES, realizando uma coletiva de imprensa, textos de divulgação no Portal TCEES e nas redes sociais.

A Ascom também realizou a cobertura da participação no VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, considerado um dos mais importantes eventos na área do controle e fiscalização da Administração Pública.



A equipe da ASCOM acompanhou o presidente Rodrigo Chamoun e auditores do TCEES, e realizou a cobertura do evento in loco para o portal da Corte e para as redes sociais.

A equipe de Comunicação do TCEES marcou presença no evento I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, que discutiu novas tecnologias, tendências comunicacionais, estratégias para aumentar a interação com nossos públicos-alvo, entre outros assuntos, em busca de uma construção coletiva de políticas e diretrizes de comunicação para o Sistema Tribunais de Contas do Brasil. No evento, o Tribunal de Contas do ES foi citado como referência na divulgação das informações tanto no portal da instituição, quanto nas redes sociais.

Com a campanha “Além das Flores”, o Dia Internacional das Mulheres ganhou um olhar diferente no TCEES em 2023. A campanha de conscientização abordou as diversas violências sofridas por mulheres (física, psicológica, doméstica, etc) e deixou uma importante mensagem de apoio com divulgação de canais de ajuda. A campanha contou com dois *teasers* em formato reels nas redes sociais, post carrossel com alertas e informações a respeito do tema, vídeo em formato reels com roteiro forte e necessário publicado no dia alusivo às mulheres e divulgação de canal de acolhimento. Juntos, os vídeos somaram cerca de 7 mil visualizações. O assunto também foi abordado em campanha interna via intranet.

Houve também a divulgação e participação no Encontro de Formação em Controle (ENFOC) edição 2023. O primeiro município anfitrião deste ano foi Linhares e o primeiro polo do encontro contou com robusta divulgação e cobertura da Ascom. Foram desenvolvidos textos para o portal do TCEES, vídeos em formato reels com divulgação da abertura do polo, posts carrosséis em nossas redes sociais com fotos de todas as agendas institucionais articuladas na região, cobertura nos stories das agendas e do evento de abertura chamado “Encontro com Gestores” e produção de vídeo em formato reels com os principais momentos do evento, que reuniu prefeitos, vereadores e secretários municipais de Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Governador



Lindenberg, João Neiva, Linhares, Marilândia, Rio Bananal, São Mateus e Sooretama.

Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 1º trimestre de 2023, o MPC emitiu 45 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 93.987,03), R\$ 70.571,35 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 23.415,68 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 1º trimestre de 2023.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES*	1º trimestre 2023
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 70.571,35
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 23.415,68
Total	R\$ 93.987,03

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

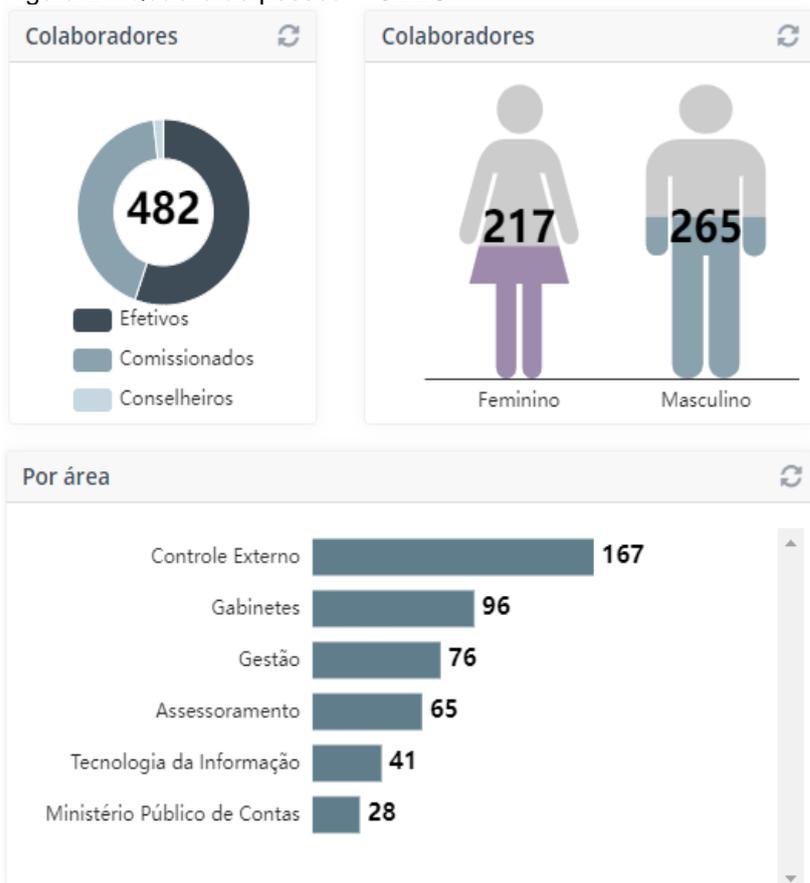
Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 1º trimestre de 2023 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos do TCEES.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 2 - Quadro de pessoal TCEES



Fonte: sistema e-TCEES



Dos 482 colaboradores, 55% são efetivos, 43% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de gestão, sendo 20 ocupados por servidores do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

No 1º trimestre de 2023, foi realizada uma palestra com o tema “Saúde da Mulher” pela fisioterapeuta Patrícia Giugni.

Neste trimestre, alguns servidores foram contemplados com medalhas de reconhecimento pelos anos de trabalho e méritos prestados com excelência em gestão. Foram contemplados com medalhas de bronze, prata, e ouro, os servidores que tiveram 10, 20, 30 ou mais, 40 ou mais, e 50 anos ou mais de trabalho prestado ao TCEES, considerando como critério de marcação a data de 31 de dezembro de 2022. As normas para premiação constam na Portaria Normativa 68/2022.

A SGP realizou no período um estudo técnico para substituição do atual painel de RH, acessado pela intranet. Tal ação deve-se à identificação por parte da Secretaria Geral de Tecnologia da Informação de vulnerabilidade no atual painel. Optou-se em adquirir novo módulo que, após procedimentos de importação e inclusão de dados, será inaugurado nos próximos meses.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 1º trimestre de 2023, houve a participação de 2.389 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade presencial e à distância.

No quadro a seguir apresenta-se os resultados da capacitação neste trimestre.



Quadro 3 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação	1º trimestre 2023
Eventos	31
Eventos para servidores do TCEES	17
Interno (promovido pelo TCEES)	1
Externo (promovido por outras instituições)	9
Iniciativa do servidor	0
Outros eventos	7
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	11
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	3
Pessoas capacitadas	2.389
Servidores e membros do TCEES	83
Jurisdicionados (Presencial)	672
Jurisdicionados (EAD)	1.634
Horas de capacitação	38.455
Servidores e membros do TCEES	1.802
Jurisdicionados (Presencial)	4.153
Jurisdicionados (EAD)	32.500

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$ 3.680.000,00 foram utilizados até o momento R\$ 1.806.297,08.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2023 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.994.345,00. O Quadro a seguir apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.



Quadro 4 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	173.197.342,00	173.197.342,00	147.024.799,81	37.687.535,67	37.410.104,56
Pessoal	132.007.800,00	132.007.800,00	120.495.508,54	31.756.198,66	31.492.111,84
Pessoal - Ativo	132.007.800,00	132.007.800,00	120.495.508,54	31.756.198,66	31.492.111,84
Outras despesas (custeio)	41.189.542,00	41.189.542,00	26.529.291,27	5.931.337,01	5.917.992,72
Despesas de capital (investimento)	1.797.003,00	1.797.003,00	30.990,00	30.989,12	30.989,12
Total Geral	174.994.345,00	174.994.345,00	147.055.789,81	37.718.524,79	37.441.093,68

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado



Fonte: SFC



Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada



Fonte: SFC

Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle dos Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro a seguir constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 5 - Atividades NCD

Atividades NCD	1º trimestre de 2023
Correspondências expedidas	518
Correspondências recebidas	1.616
Nº de processos arquivados	3.214
Nº de atendimentos online	1.632
Nº atendimentos presenciais	475

Fonte: NCD

Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem



possibilitando a manutenção do teletrabalho. No quadro abaixo são demonstrados alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 6 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trimestre 2023
Estações de trabalho	674
Servidores com acesso aos recursos da rede	556
Número de chamados resolvidos no período	2.940
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3
Sistemas em funcionamento	83
Desenvolvidos pela SGTI	72
Adquiridos de terceiros	11

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 7 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistema de suporte ao Controle Externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria e contas. O módulo é acessado através do e-TCEES e substitui o antigo banco de achados.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCEES.



Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCEES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2022, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV;• Quadro Analítico: exibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
NF-e Públicas	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no Estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.
PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: <ul style="list-style-type: none">• Meu setor<ul style="list-style-type: none">- Mesa- Visão Geral



	<ul style="list-style-type: none">- Planejamento- Fiscalizações- Processos- Tarefas- Desempenho- Colaboradores- Custos e benefícios• Observatório<ul style="list-style-type: none">- Cumprimento Resolução 300 e MMD- Prazos para julgamento- Prazos no setor- Prazos de tarefas- Tempo no setor• Controle externo<ul style="list-style-type: none">- Prioritários- Visão geral- Fiscalizações- Benefícios- Sessões- Deliberação- Ouvidoria- Sobrestados• Administrativo<ul style="list-style-type: none">- Execução orçamentária- Gestão do orçamento- Recursos Humanos- MMD- Processos- Planejamento- Prazos por processo <p>Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
Portal de Análise de Dados	O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Publicação Demonstrativos Fiscais	A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.
SisaudWeb - Consulta	O serviço Sisaud foi descontinuado no ano de 2013, substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Hoje é possível realizar a consulta dos dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.



Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Comunicação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCEES.
Sistema de Contratação	Envio de informações sobre contratações em geral nas Unidades Gestoras.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Índícios	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos servidores do TCEES a gestão (identificação, submissão, análise e encaminhamento da resposta) de possíveis problemas/acompanhamentos identificados em processos de controle externo, trilhas de auditoria, denúncias, entre outros.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Esse serviço foi descontinuado a partir do exercício de 2013, sendo substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é o instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 1º trimestre de 2023, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos, representação, denúncia, acerca de matérias relacionadas às competências constitucionais atribuídas ao TCEES.

Instrução de processos de prestações de contas de governo e gestão e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas também foram elaboradas no período.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados Boletins da Macrogestão Governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento por meio do link do Painel de Controle:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/boletimMensal>

Foi também elaborado o Informe nº 4 acerca da síntese da análise econômica das contas municipais de 2021, disponibilizado no link do Painel de Controle:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/informativo>.

As informações disponibilizadas no Painel de Controle possibilitam o acompanhamento da gestão fiscal, geração de certidões, e diversas ações de controle social e externo.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:



Saúde

Estava em fase de execução no período uma auditoria operacional visando acompanhar a eficiência de unidade hospitalar, de forma a identificar desperdícios e outros problemas que possam comprometer a entrega de valor para a população.

Neste trabalho, foram realizadas entrevistas com 13 setores do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, além de visitas presenciais. Segundo o cronograma da fiscalização, o relatório será entregue até o dia 30/04/23.

Foi destaque no trimestre o Boletim da Hanseníase publicado no Painel de Controle do TCEES. O estudo técnico apresentou aspectos do desempenho da Política Nacional de Controle da Hanseníase, observando, sobretudo, a proporção de casos curados no Estado do Espírito Santo. Para tanto, utilizou-se da base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e do Sistema de Informação em Saúde E-SUS Vigilância em Saúde (ESUS-VS). Sendo este último, atualmente, a única fonte oficial para registro das notificações compulsórias de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território do Espírito Santo. Em ambas as ferramentas, as principais dimensões avaliadas foram a proporção de cura e o quantitativo de novos casos confirmados, dados estes tocantes ao último decênio, o qual está compreendido entre os anos de 2012 e 2021 para o Brasil, suas regiões, estados e os municípios do Espírito Santo.

Também foi elaborado o Boletim do Autismo, publicado no Painel de Controle do TCEES. O objetivo do presente estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA), desenvolvida no Estado do Espírito Santo, observando, como variável representativa desta população em específico, o número de autistas nas escolas públicas e particulares do estado. Para tanto, utilizou-se da base de dados da Gerência de Regulação Ambulatorial da Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e do Departamento de Estatística da Secretaria Estadual de Educação (SEDU), bem como informações da rede privada de apoio socio assistencial no Espírito Santo, a exemplo da Associação



de Pais e Amigos dos Extraordinários (APAE) e a Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (AMAES).

Em razão do dia mundial da conscientização do autismo, data celebrada em 2 de abril - criada em 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU) -, este boletim busca contribuir com a conscientização sobre o tema, reunindo dados de diferentes instituições que se relacionam com o atendimento da pessoa autista, especialmente no contexto capixaba.

Também se destacou no período a elaboração do Boletim do Câncer, publicado no Painel de Controle. O objetivo deste estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) desenvolvida no Estado do Espírito Santo, observando, sobretudo, o intervalo entre o diagnóstico e o início do tratamento de câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, utilizou-se da base de dados do Departamento de informática do SUS - DATASUS, bem como de relatórios da Instituto Nacional do Câncer (Inca) e da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa).

Em razão do dia mundial do câncer, data celebrada em 4 de fevereiro - uma ação da União Internacional para o Controle do Câncer (UICC) com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) -, este boletim busca contribuir com a conscientização desta doença, destacando as principais neoplasias que acometeram as populações masculinas e femininas no ano de 2022, especialmente no contexto capixaba.

Educação

Estão em andamento a realização de estudos prévios ao planejamento de uma auditoria operacional da linha de ação “Avaliar a operacionalização das diretrizes decorrentes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008” (ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas, respectivamente) e também da linha de ação “Avaliar a operacionalização da Educação Especial” pelas redes de ensino do Espírito Santo.



Estão em fase de elaboração o capítulo que trata da temática Educação dos relatórios de Prestação de Contas de Prefeitos, exercício 2021, e do Relatório de Prestação de Contas de Governador, referente ao exercício de 2022.

Houve ainda a participação no planejamento da auditoria ordenada nacional sobre infraestrutura escolar, fruto do acordo de cooperação entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) e contando com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros.

Também foram realizadas reuniões com especialistas para identificação dos principais problemas, e possíveis soluções, na área da educação, com vistas a subsidiar os planejamentos das ações de controle desenvolvidas pelo TCEES.

Houve também a participação de representantes do TCEES no Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB) com encaminhamento de sugestões de ações de controle, na temática da educação, aos tribunais de contas brasileiros.

Resíduos Sólidos

No trimestre houve a continuidade do acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos (2º ciclo), conforme estabelecido no art. 8º, § 5º da Lei Federal 11.445/2007, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços, conforme estabelecido no art. 29, II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Esta ação visa contribuir para a melhoria da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos, bem como para a gestão financeira de sua prestação. Além disso, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento



Sustentável (ODS) 11 e 12, que tratam de “Cidades e comunidades sustentáveis” e “Consumo e produção responsáveis”, respectivamente.

Saneamento Básico

Houve a continuidade da auditoria operacional para avaliar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico visando contribuir para a melhoria da implementação da política de saneamento básico, no tocante às vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando os desafios estabelecidos pela alteração do Marco de Saneamento em 2020.

Também foram realizadas no trimestre reuniões de aproximação com o Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico, Paisagístico e Urbanístico do Ministério Público do Espírito Santo (CAOA/MPE S), com o objetivo de operacionalizar o termo de cooperação técnica nº 01/2018 firmado entre o TCEES e MPES para compartilhamento de informações relativas à Política de Saneamento Básico.

Obras Públicas

As obras públicas mais relevantes, selecionada segundo critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade, estão sendo acompanhadas, para fins de controle, por meio de imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No período, também estava em andamento a realização de auditoria de conformidade nas obras rodoviárias, que constam no Painel de Controle do TCEES, listadas como em andamento com necessidade de atenção especial (Contrato PMPK 246/2016 e Contrato DER 7/2014).



Parceria Público-Privada e Concessão

Encontrava-se em andamento a análise concomitante do edital e demais estudos de modelagem da parceria público-privada referente à iluminação pública do município de Venda Nova do Imigrante.

Também estava sendo realizada no período uma auditoria ordinária em contrato de concessão para verificar a regularidade da execução do contrato de concessão do Parque da Cachoeira de Mathilde no município de Alfredo Chaves.

Patrimônio Público

Foi concluído no trimestre o relatório da auditoria operacional que avaliou a eficácia do esclarecimento dos crimes contra o patrimônio, do ponto de vista da quantidade de crimes investigados e da identificação e sanção dos responsáveis, e o atingimento das metas estabelecidas. Adicionalmente, foi avaliada a eficiência na aplicação dos recursos humanos e materiais empregados na investigação dos crimes patrimoniais.

Auditoria Financeira

No período, estava em fase de finalização a auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE) do exercício de 2022.

A auditoria financeira objetiva o cumprimento ao inciso I do art. 71 da Constituição Estadual e ao inciso II do art. 1º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (LC Estadual 621/2012) c/c o art. 118 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Resolução TC 261/2013) visando obter evidência de auditoria para a emissão pelo auditor de uma opinião sobre se as demonstrações contábeis consolidadas do Estado do Espírito Santo refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário consolidados do Estado em 31/12/2022, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.



Receita Pública

No período, foi finalizada a instrução do conteúdo relativo à Renúncia de Receitas na Prestação de Contas do Governador do Estado relativo ao exercício de 2021 e estava em andamento a instrução do exercício de 2022 relacionada à mesma temática.

No âmbito municipal, encontrava-se em fase de instrução o conteúdo relativo à Renúncia de Receitas nas Prestações de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal do exercício de 2021.

Estas ações possuem o intuito de subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à Renúncia de Receitas encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA).

Também no período, encontrava-se em fase de finalização a fiscalização no governo do Estado para avaliar o Planejamento, constituído nas peças orçamentárias, referente ao exercício de 2022, das concessões de incentivos fiscais vigentes que resultaram em renúncia de receita tributária em face das previsões legais na legislação capixaba e os controles estatais referentes à concessão dos benefícios fiscais, especialmente para fins de regular prestação de contas nos termos da IN 068-2020, no tocante ao Demonstrativo de Renúncia de Receita (DEMRE) (Processo TC 828/2023).

Esta ação tem como finalidade apurar a fidedignidade dos dados exigidos quanto à renúncia de receita a partir da IN 68/2020 para prestação de contas anual de governo.

Gestão Fiscal

Foi finalizada a instrução acerca do conteúdo de gestão fiscal na Prestação de Contas do Governador do Estado relacionado ao exercício de 2021 e estava em fase de instrução a instrução referente ao exercício de 2022.



Quanto ao âmbito municipal, estava em fase de instrução o conteúdo de gestão fiscal nas Prestações de Contas do Chefe do Poder Executivo Municipal referente ao exercício de 2021.

O intuito deste trabalho visa subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA).

No período também estava em andamento o acompanhamento da emissão automatizada dos alertas bimestrais, quadrimestrais e semestrais pelo sistema CidadES e autorizações para a publicação no Diário Eletrônico do TCEES relativos à despesa com pessoal, metas de arrecadação, despesa corrente líquida, operações de crédito, garantias e contragarantias e resultados primário e nominal.

Também foram realizadas no período a emissão de Certidão para Contratação de Operação de Crédito requeridas pelo Estado e municípios por meio de protocolo e o acompanhamento da emissão eletrônica da Certidão para Transferências Voluntárias (CTV) que é disponibilizada eletronicamente, em link específico no portal do TCEES.

Encontrava-se ainda no trimestre o acompanhamento da política de recursos humanos dos municípios sem margem fiscal no exercício de 2022, identificando os atos que provocaram aumento da despesa em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Folha de Pagamento

Foi elaborado o relatório descritivo das atividades realizadas no projeto CidadES Folha de Pagamento, com indicação dos pontos de controle e inconsistências aplicadas à remessa da folha de pagamento dos jurisdicionados, bem como de possíveis indícios de irregularidades apurados durante o exercício de 2022.



Parcerias interinstitucionais

No período, destaca-se a ação em parceria com Ministério Público do ES/GAECO e com a Polícia Federal para fins de geração de informações para compartilhamento de dados utilizando a Matriz de Risco, visando identificação de indícios de fraude e corrupção.

Também se destacou no período a parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) – Regional Espírito Santo, com vistas à geração de informações para compartilhamento de dados visando melhor desempenho às ações de controle.

Houve ainda ação em parceria com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para geração de informações e atendimento de demandas específicas para subsidiar ações da Polícia Civil.

A parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) também se manteve com a finalidade de promover ações de avaliação e monitoramento de Políticas Públicas.

O Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveu encontros onde foram debatidos temas com representantes dos tribunais de contas acerca do planejamento municipal de saúde, contratação de organizações sociais e a judicialização da saúde.

Foi assinado o acordo com o Ministério Público do Espírito Santo para fomento da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS no Espírito Santo. Houve reunião com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para conhecer as ações realizadas pela instituição.

Também merece destaque a cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite em diferentes datas da execução da obra, permitindo assim, a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.

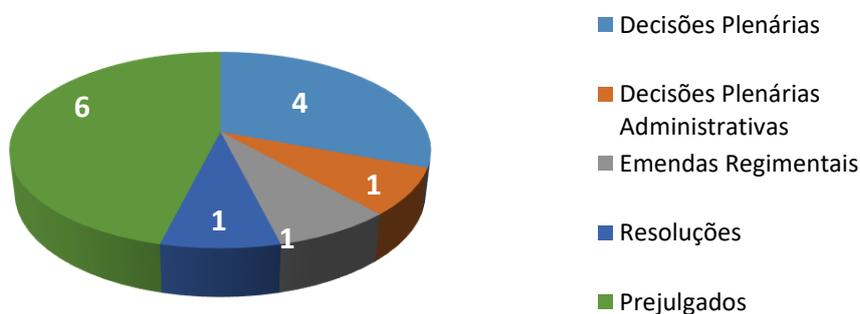


ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 1º trimestre de 2023:

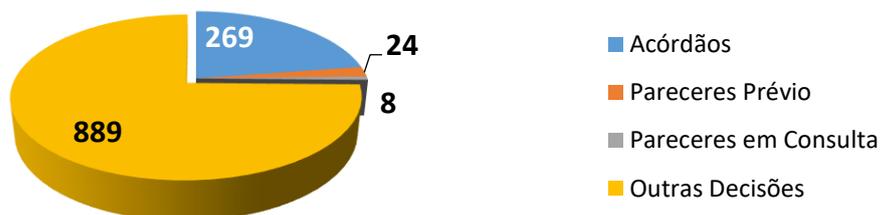
Figura 5 - Atos Normativos



Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:

Figura 6 - Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 38 sessões no 1º trimestre de 2023.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 1º trimestre de 2023, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCEES, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no período, apontam-se:

- ✓ Elaboração do Termo de Abertura dos 21 projetos prioritários para o ano de 2023, onde consta principalmente o escopo e a definição das etapas dos projetos. A seleção dos projetos levou em consideração os critérios para fortalecer os procedimentos internos da Corte, os trabalhos técnicos de fiscalização e estimular o controle e a participação social.
- ✓ O Dia Internacional das Mulheres ganhou um olhar diferente no TCEES em 2023 com a divulgação da campanha “Além das Flores”. A campanha de conscientização abordou as diversas violências sofridas por mulheres (física, psicológica, doméstica, etc) e deixou uma importante mensagem de apoio com divulgação de canais de ajuda.
- ✓ Participação de 2.389 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela Escola de Contas Públicas (ECP) em modalidade presencial e à distância.
- ✓ Elaboração do Boletim da Hanseníase publicado no Painel de Controle do TCEES. O estudo técnico apresentou aspectos do desempenho da Política Nacional de Controle da Hanseníase, observando, sobretudo, a proporção de casos curados no Estado do Espírito Santo.
- ✓ Elaboração do Boletim do Autismo, publicado no Painel de Controle do TCEES. O objetivo do presente estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa



com Transtorno de Espectro Autista (TEA), desenvolvida no Estado do Espírito Santo, observando, como variável representativa desta população em específico, o número de autistas nas escolas públicas e particulares do Estado.

- ✓ Elaboração do Boletim do Câncer, publicado no Painel de Controle. O objetivo deste estudo técnico foi apresentar os aspectos do desempenho da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) desenvolvida no Estado do Espírito Santo, observando, sobretudo, o intervalo entre o diagnóstico e o início do tratamento de câncer pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- ✓ Estava em andamento a realização de auditoria de conformidade nas obras rodoviárias, que constam no Painel de Controle do TCEES, listadas como em andamento com necessidade de atenção especial (Contrato PMPK 246/2016 e Contrato DER 7/2014).
- ✓ Encontrava-se em fase de finalização a fiscalização no governo do Estado para avaliar o Planejamento, constituído nas peças orçamentárias, referente ao exercício de 2022, das concessões de incentivos fiscais vigentes que resultaram em renúncia de receita tributária em face das previsões legais na legislação capixaba e os controles estatais referentes a concessão dos benefícios fiscais.
- ✓ Participação no planejamento da auditoria ordenada nacional sobre infraestrutura escolar, fruto de acordo de cooperação entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) e contando com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros.
- ✓ A parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) também se manteve com a finalidade de promover ações de avaliação e monitoramento de Políticas Públicas.



- ✓ Foi assinado o acordo com o Ministério Público do Espírito Santo para fomento da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS no Espírito Santo. Houve reunião com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para conhecer as ações realizadas pela instituição.

- ✓ Também merece destaque a cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite em diferentes datas da execução da obra, permitindo assim, a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCEES



ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

